



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS DE REALEZA**  
**GRADUAÇÃO EM LETRAS PORTUGUÊS E ESPANHOL- LICENCIATURA**

**ANA FRANCISCA GLUSZEWICZ**

**A EDUCAÇÃO POPULAR:** estratégia para permanência do jovem do sudoeste  
do Paraná no campo

**REALEZA**

**2016**

**ANA FRANCISCA GLUSZEWICZ**

**A EDUCAÇÃO POPULAR: estratégia para permanência do jovem do sudoeste do Paraná no campo**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Letras Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira sul.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia – UFFS

---

Prof. Dr. Almir Paulo dos Santos – UFFS

---

Prof. Ms. Jaci Poli – UFFS

## **A EDUCAÇÃO POPULAR:** estratégia para permanência do jovem do sudoeste do Paraná no campo

GLUSZEWICZ, Ana Francisca<sup>1</sup>

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes (Orientador)<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo do presente trabalho é apresentar uma breve reflexão sobre o PPP (Plano Político Pedagógico) do curso Técnico em Agroecologia, desenvolvido pela Assesoar (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), IFPR (Instituto Federal do Paraná) e movimentos sociais da região sudoeste do Paraná. Nessa pesquisa apresentamos uma breve contextualização sobre o surgimento das pequenas propriedades da região em questão. O curso Técnico visa contribuir para formação humana, crítica e política do público envolvido que são jovens agricultores familiares. Descrevemos a importância da formação crítica social, assim como o desenvolvimento de atividades agrícolas em regime de economia familiar para permanência do jovem no campo em nossa região. A organização curricular aplicada durante o período de formação dos jovens esteve voltada para a Educação Popular e a pedagogia de alternância. Estas são elementos formadores dos movimentos sociais e faz com que estes jovens desenvolvam seu senso crítico, político, tornando-os seres conscientes de seus direitos, intervindo em sua realidade social, vinculando educação ao meio no qual estão inseridos, a agricultura. A metodologia que foi empregada para analisar o documento é a Análise Textual Discursiva (ATD), onde levamos em consideração, a análise de conteúdo, contribuindo para emergir aos elementos constitutivos do curso que foi aplicado. Ao final constatamos que a luta pela permanência do jovem no campo faz da educação popular um alicerce que fundamenta esse movimento constante, criando sujeitos críticos e capazes de transformar a realidade em que vivem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação crítica. Pedagogia de Alternância. Agricultura Familiar. Sujeito transformador. Identidade.

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em Letras Português/Espanhol pela Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Realeza. E-mail: anachikka@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor do Magistério Superior na Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* de Realeza PR. E-mail: ronaldo.garcia@uffs.edu.br

## INTRODUÇÃO

No espaço social que vivemos atualmente tratar do tema educação provoca sempre muitos questionamentos e debates, especialmente quando envolve o modelo de escola e de educandos que se pretende formar.

A educação, principalmente na concepção neoliberal que orienta grande parte das atuais políticas educacionais, é vista como formação de sujeitos para o mercado, tendo uma visão capitalista hegemônica, com competências voltadas a empregabilidade. Nesse sentido, acreditar numa outra proposta de educação que atenda às necessidades básicas da população, formando sujeitos críticos, conscientes e construtores de sua história não é algo visto com bons olhos pelas elites empresariais do campo e da cidade, como também por governos comprometidos com os interesses do capital monopolista.

Nesse contexto, pensar uma proposta educacional que tenha como alvo o pequeno agricultor e sua permanência no campo podem parecer a alguns um contrassenso. Debruçar-se sobre esta questão é o alvo dessa investigação. A região sudoeste do Paraná passou por muitas disputas ao longo de sua história envolvendo a divisão de terras. O resultado dessas lutas deu ao local uma característica bastante peculiar. Composta por pequenas propriedades rurais, nas quais prevalece o trabalho em regime de economia familiar. No entanto a permanência do jovem no campo e a continuação do trabalho na agricultura familiar estão a cada dia sendo mais ameaçadas. O meio urbano torna-se um dos grandes atrativos para o jovem sair da propriedade familiar. As dificuldades que cercam o homem do campo são muitas, como o excesso de chuvas prolongadas, estiagens, questões financeiras e outras. Com isso o jovem vê a cidade como uma possibilidade de ter uma vida financeira estável, ou até de ter seu trabalho reconhecido, tanto no âmbito familiar quanto social.

Se pensarmos na situação de exploração do trabalhador e nas condições de uma educação conscientizadora, nos remeterá a Paulo Freire. Ele nos auxilia a pensarmos a educação como elemento fundamental para o sujeito do campo ou da cidade. Ele afirma que a necessidade primordial dessa mudança é a leitura de mundo, como sujeito que aprende e que também ensina.

Na concepção bancária a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos; Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que não sabem, cabe aquele que dá entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser “experimento feito para ser experiência narrada ou transmitida” (pp. 59-60).

Para se desenvolver uma educação “do campo e para o campo”, é preciso desmistificar muitos preconceitos e injustiças estabelecidas por governos, políticas públicas equivocadas e formas desiguais de desenvolvimento. Isso ocasionou desigualdades educacionais e históricas entre campo e cidade.

A visão urbanocêntrica, na qual o campo é encarado como lugar de atraso, meio secundário e provisório, vem direcionando as políticas públicas de educação do Estado brasileiro. Pensadas para suprir as demandas das cidades e das classes dominantes, geralmente instaladas nas áreas urbanas, essas políticas tem se baseado em conceitos pedagógicos que colocam a educação do campo prioritariamente a serviço do desenvolvimento urbano-industrial. (BRASIL, 2007, p. 13).

Percebemos assim que a ideia do jovem migrar do campo para a cidade, já vai sendo construída durante todo seu período de escolarização. Para Martins (2012), no livro *Didática: momentos históricos*, diz que a expressão *aprender a aprender* “Não é mais centrada no sujeito psicológico, mas, sim, no sujeito produtivo, intelectualmente ativo, criativo, capaz de dominar os processos de aprender.” (p.24). Ou seja, a intenção é trabalhar a intelectualidade no aluno para que esse aprenda a ser crítico, mas crítico criativo, visando apenas melhorar o modo de produção em benefício do patrão e não para se ter um ser questionador da sociedade, na hierarquização social, ao final torna a afirmar, “torna-se fundamental que a escola prepare um trabalhador intelectualmente ativo, crítico, produtivo [...] (p.25). Aquele ser que desenvolva seu intelecto para o mercado de trabalho, e não visando seu crescimento pessoal e humano

Dessa forma o fechamento de escolas no âmbito rural, levando os alunos a estudarem nas escolas do perímetro urbano, faz com que a criança, adolescente e jovem veja a escola do campo como lugar de atraso e não de

desenvolvimento crítico e social. Assim, perpetua-se ainda mais a ideia de uma escola formadora de mão de obra.

Procurando resistir a essa dominação, a população do campo, por meio das lutas em movimentos sociais, provocam ações que o governo sente-se obrigado a realizar algumas dessas reivindicações dos trabalhadores do campo no cenário das políticas públicas. Com isso os movimentos sociais tem-se fortalecido com formações políticas e sociais desenvolvidas em seu meio, fazendo desses sujeitos conscientes de seus direitos, podendo intervir em sua realidade por meio de novas formas de interpretar e agir frente ao seu contexto social.

A proposta desse trabalho de pesquisa é analisar o PPP (Plano Político Pedagógico) do curso Técnico em Agroecologia desenvolvido pela Assesoar (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), em parceria com o IFPR (Instituto Federal do Paraná), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, e demais movimentos sociais presentes na região. O trabalho com os jovens do campo, fora do âmbito escolar, passa a ser um dos meios de formação social. A educação popular juntamente com os movimentos sociais atua com uma estratégia para assegurar o jovem no campo, levando sempre em consideração seu conhecimento prévio, sua realidade cultural, suas experiências, construindo então novos saberes. Dessa maneira a permanência do jovem no campo e o trabalho familiar são priorizados. As formações funcionam como meio de sociabilidade para os jovens, desenvolvendo o olhar crítico perante a realidade social, econômica e política em que está inserido, fortalecendo e qualificando o trabalho do homem no campo, garantindo melhor qualidade de vida e alimentos para a população.

Assim visamos desenvolver uma análise sobre o PPP, para identificar a partir do material didático do curso a proposta curricular do mesmo, bem como as estratégias pedagógicas utilizadas para a abordagem das diferentes temáticas do curso. Aqui também buscamos averiguar se a metodologia desenvolvida durante o período de formação dos jovens esteve direcionada a Educação Popular como elemento formador dos movimentos sociais, fazendo-os seres conscientes de seus direitos e intervindo em sua realidade social. Outra preocupação diz respeito se o curso ofertado levou em consideração

toda bagagem de conhecimento que o educando já possuía. São estes os objetivos que nos motivaram a desenvolver esta investigação.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Vivemos em uma sociedade capitalista, e sempre ouvimos que a melhor maneira de se preparar para viver nesse mundo hostil e competitivo é passar pela educação. Se essa afirmação é correta ou não, não sabemos, o que percebemos é que sendo a sociedade capitalista a educação também o é, partilhando de todas as ideologias do sistema.

SAVIANI (1986) em seu livro *Escola e democracia*, diz que existe uma relação entre escola e sociedade, sendo a primeira privada ou pública essa relação existe entre escola, sociedade e capitalismo. Logo não se torna difícil atestar que a escola é produtora de desigualdade, resultado da lógica do sistema.

Pela lógica do capital, os mais fortes, aqueles que possuem melhores condições financeiras, se sobrepõem àqueles mais fracos, pobres, classe desprovida financeiramente. Marx e Engels realizam uma interpelação sobre a sociedade se baseando na realidade social: “A história de toda a sociedade até hoje é a história de lutas de classes” (1988, p.66). No livro *Manifesto do Partido Comunista* os autores trataram da história da humanidade, da exploração do homem pelo homem, surgindo desta forma lutas de classes, resultado da exploração entre homens na sociedade.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (MARX E ENGELS, 1988, p.66).

Em vista disso, a exploração é geradora de outras categorias sociais. Se não houvesse a exploração do homem sobre o homem, conseqüentemente não haveria alienação, repressão, exclusão, exploradores verso explorados em suas várias maneiras e possibilidades.

O destaque se dará para a classe dos trabalhadores do campo, ou da “agricultura familiar”. No Brasil este conceito se distingue em cada região e

situação. Alguns critérios são levados em conta para esse conceito como: o tamanho da propriedade; predomínio de mão de obra familiar; gestão familiar da UPVF (Unidade de Produção e Vida Familiar). Assim o país traz uma diversidade de situações, o que levou ao surgimento formal do conceito de agricultor familiar, prevista na Lei 11.326, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 24 de julho de 2006. Esta lei considera:

[...]agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.(Brasil, 2006).

Ao pensar uma proposta de educação, que seja o oposto da lógica do mercado, atendendo a necessidade da população excluída, os direitos básicos da humanidade e a formação de sujeitos críticos, conscientes e construtores de sua história, pensamos na Educação Popular, que visa atender as questões já apresentadas partindo da realidade social do povo.

Tratando de Educação Popular lembramos o legado do Educador Paulo Freire. Este apresentou uma importante reflexão sobre a dimensão de construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo, estimulando uma leitura da realidade pela ótica do oprimido organizando relações sociais e históricas.

[...] Assim como o opressor, para oprimir, precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos, para libertar-se, necessitam igualmente de uma teoria de sua ação. O opressor elabora a teoria de sua ação, necessariamente sem o povo, pois que é contra ele. O povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora. Somente no encontro com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e refaz. (FREIRE, p.2012).

Partindo deste legado, os movimentos sociais como a Assesoar (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), criada em meados



de 1960, com o crescimento da participação popular na organização política passaram a ser instrumentos de incentivo a Educação Popular. Esta atua com o papel de conscientizadora na organização popular, assumindo o compromisso com os movimentos sociais, conduzindo a transformação social e partindo do lugar político popular.

Desse modo Paulo Freire surge como idealizador de uma educação que possibilite a conscientização e a libertação do oprimido, Miguel Arroyo nos explica:

Paulo não inventa metodologias para educar os adultos camponeses ou trabalhadores nem os oprimidos, mas reeduca a sensibilidade pedagógica para captar os oprimidos como sujeitos de sua educação, de construção de saberes, conhecimentos, valores e cultura. Outros sujeitos sociais, culturais, pedagógicos em aprendizados, em formação. (2012, p.27).

Conceituando Educação Popular, Ana Maria do Vale, nos diz:

Uma educação comprometida com os segmentos populares da sociedade, cujo objetivo maior deve ser o de contribuir para a elevação de sua consciência crítica, do reconhecimento da sua condição de classe e das potencialidades transformadoras inerentes a essa condição (2001, p. 57).

No livro *Educação Popular: metamorfoses e veredas*, de Luiz Eduardo Wanderley (2010), o autor traz a conceitualização de Educação Popular por muitos autores, porém todos se referem ao fato de trabalhar com um projeto político-pedagógico distinto da lógica do capital, voltado para uma nova concepção de educação, educação do povo, com e para o povo, educação transformadora, sem alienação, sem interesse do lucro. Uma educação que traz ao povo mais consciência sobre sua realidade, sobre seu contexto social, histórico, político e cultural, conhecendo as possibilidades de transformar todo o contexto onde está inserido ligada as organizações populares.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2001, são parte de um importante momento de reflexão perante as preocupações dos movimentos sociais, contemplando:

[...] o reconhecimento e valorização da diversidade dos povos do campo, a formação diferenciada de professores, a

possibilidade de diferentes formas de organização da escola, a adequação dos conteúdos às peculiaridades locais, o uso de práticas pedagógicas contextualizadas, a gestão democrática, a consideração dos tempos pedagógicos diferenciados, a promoção, através da escola, do desenvolvimento sustentável e do acesso aos bens econômicos, sociais e culturais. (2007, p.17).

Novos caminhos e metas são traçados pela Educação Popular, tendo como utopia o compromisso histórico e conhecimento crítico, sendo uma pedagogia que liberta, desenvolvendo a conscientização libertadora, consciência essa que deve ser crítica como nos ensina Paulo Freire:

A única maneira de ajudar o homem a realizar sua vocação ontológica, a inserir-se na construção da sociedade e na direção da mudança social, é substituir esta captação principalmente mágica da realidade por uma captação mais e mais crítica (1979, p. 28).

Se não pode transformar a realidade, a Educação Popular instiga o sujeito a questioná-la, enxergando possibilidades e verdades por meio de sua metodologia, lançando seus pressupostos, valores e princípios para que ele tenha possibilidade de transformação.

## **O QUE É ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA?**

A análise de dados é um dos momentos muito importantes na pesquisa, principalmente na de natureza qualitativa. A Análise Textual Discursiva aborda a compreensão de dados de duas maneiras: a análise de conteúdo e a análise de discurso.

A metodologia utiliza para realizar a análise do PPP (Plano Político Pedagógico) do curso Técnico em Agroecologia, para este artigo foi a ATD, onde levamos em consideração, a análise de conteúdo.

Para Moraes e Galiuzzi (2006), a “análise textual discursiva é descrita como um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado.” (p.118). Assim uma unidade gera outra, por meio de teorias e interpretações do pesquisador, fazendo com que o texto seja compreendido melhor. O próximo processo é a categorização dos significados semelhantes que foram articulados durante a realização da unitarização. Nesta fase trata-se do movimento de pensamentos e

“reconstrução de significados compartilhados socialmente a partir da perspectiva pessoal do pesquisador.” (p.124).

Podem ser gerados diferentes níveis de análise reunindo as unidades de significados semelhantes. Esta análise atua como mediadora na produção de significados durante a escrita, exigindo do pesquisador intensa interpretação e produção de argumentos para que ela possa se mover do empírico para o teórico.

A investigação realizada durante a ATD não vem pronta, ela precisa ser interpretada, representa o contexto que está sempre se movimentando. O pesquisador tem a possibilidade de fazer esse movimento com liberdade, pode fazer sua escolha, “os movimentos de pesquisa com base na análise textual discursiva exigem uma intensa impregnação nos fenômenos investigados.” (p. 121), a impregnação torna-se concreta “a partir de leituras e releituras, transcrições, unitarização e categorização e especialmente a partir da escrita.” (p. 121). Trata-se então de um trabalho com caráter original e criativo, o texto se desorganiza, construindo um novo.

Durante a análise, o pesquisador percebe seu progresso e êxito, ele torna-se parte do processo. Teorias e conhecimentos vão sendo questionados e reconstruídos, “O processo da análise textual discursiva é um constante ir e vir, agrupar e desagrupar, construir e desconstruir”. (p. 122). O pesquisador pode realizar esse movimento de construção e reconstrução, tendo a linguagem como elemento central para a ATD, ela o ajuda a construir e ampliar o campo de investigação, entrelaçando todos os dados pesquisados.

## **DISCUÇÕES SOBRE O PPP E A EDUCAÇÃO POPULAR E DO CAMPO**

Apresentar uma educação, onde leve em consideração os excluídos de nosso sistema educacional, é antes de tudo um desafio. Para isso precisa-se conhecer e compreender as especificidades destes que carregam elementos culturais riquíssimos que devem ser considerados na prática pedagógica. A justificativa do PPP (Plano Político Pedagógico) do Curso Técnico em Agroecologia apresenta o porquê desta formação diferenciada,

Este projeto de formação procura contribuir com a redução das desigualdades sociais, proporcionando o acesso diferenciado aos grupos populacionais tradicionalmente excluídos do sistema de ingresso ao ensino público, gratuito e de qualidade. (PPP, 2009, p. 04).

Referir sobre as especificidades destes excluídos do processo educacional não é destacar suas carências, mas sim, enfatizar os elementos culturais que eles carregam que é o ponto de partida para a ação pedagógica. Miguel Arroyo (1982) nos afirma que “o tratamento específico da educação rural, teria, pois, dois fundamentos: a condição carente do homem do campo ou sua pobreza econômica e, em contraste, sua riqueza cultural” (p. 3). A carência de estruturas, possibilidades e ações estatais pode ser grande, mas a riqueza de atividades culturais, costumes, tradições e principalmente o envolvimento social no meio rural é bem maior e precisa ser destacado.

A região sudoeste do Paraná se caracteriza por uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, com uma ampla rede de organizações e entidades ligadas a agricultura familiar, permitindo o trabalho com a maioria das famílias agricultoras. Diante dessa realidade complexa e específica do processo de desenvolvimento surge a necessidade de uma proposta de formação diferenciada para permitir o acesso dos agricultores e agricultoras ao processo sistemático de geração de conhecimento que dê sustentação às tecnologias e ao desenvolvimento. (PPP, 2009, p. 04).

O meio rural não é apenas uma “concentração espacial geográfica”, mas sim o lugar de luta, de homens e mulheres agricultores, de movimentos sociais que buscam a reflexão social, a valorização de seus direitos, de seu trabalho, o desenvolvimento humano, crítico e social. Muitas pesquisas sobre educação do campo, afirmam que essa é uma conquista dos movimentos sociais populares, que tem como prioridade a luta pela terra, tendo o trabalho associado à educação, a uma vida digna para as famílias que vivem e trabalham no campo. Segundo o PPP desenvolvimento trata-se de um processo que:

[...] assenta-se na autonomia e na capacidade da população do campo que, como ator social do desenvolvimento, se organiza e propõe políticas públicas de forma a garantir as condições de viver dignamente, preservando os recursos naturais para as gerações futuras. (PPP, 2009, p. 04).

Esse projeto, transformado em Curso Técnico, expressa a postura de educação do campo, pois vai além da ideia de que a escola deve ser uma extensão das escolas urbanas. Ao assumir essa postura reafirma-se um novo espaço para a educação do campo, como foi especificado na legislação educacional brasileira e nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo. No artigo 2º Parágrafo único, mostra a definição da identidade da educação e da escola do campo destacando sua especificidade.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2001).

Valorizando a identidade do povo do campo, estabelecendo que a educação suprisse as necessidades que visa o desenvolvimento das potencialidades humanas, se proclama um projeto social, onde se valoriza o ser ao invés do ter, sendo prioridade o ser humano e não o capital, tornando assim o alicerce das relações sociais à solidariedade. O PPP traz como organização do curso esta ideia:

É, portanto, necessário a afirmação da necessidade de organização, pela qual a agricultura familiar assuma sua posição política, numa perspectiva humanista, assentada nas relações solidárias, traduzida num projeto de sociedade distinto do atualmente hegemônico (PPP, 2009, p. 06).

O curso, como todo o debate pela educação do campo, propõe uma prática educativa, num projeto contra-hegemônico, onde os sujeitos que compõem esse cenário, aqui se destaca os agricultores familiares, aspiram ao campo como lugar de vida, espaço cultural que produz e reproduz sua existência. Esse projeto tem como principal atividade promover a vida no campo.

O desafio com este curso, direcionado para as entidades e organizações da Agricultura Familiar e para os Movimentos Sociais democráticos e populares, é o de formular estratégias de ação que incluam a diversidade, que valorizem as ações localizadas, acrescentando-lhes, sem anulação ou

subordinação, a dimensão do projeto político. (PPP, 2009, p. 05).

Percebemos nessa situação que o projeto é “direcionado para as entidades e organizações”, assim a participação torna-se restrita, ou seja, muitos jovens não tiveram a oportunidade de participar. No PPP, na parte requisitos de acesso fica claro: “Serem indicados por entidades, organizações, fóruns, Rede Ecovida e movimentos sociais ligados ao campo.” (PPP, 2009, p. 10). Se a forma para ingressar se desse por processo seletivo, ou alguma outra maneira a participação seria maior e por questão de interesse não ocorresse desistências, como vieram a ocorrer.

As transformações sociais e econômicas fazem com que as pessoas repensem seu modo de viver, incluindo suas relações. Assim reconstróem seu espaço por serem muitas vezes barradas ao adotar outras formas de viver. Estas transformações propostas pelo curso trazem no PPP como destaque o compromisso ético/moral com a pessoa humana, com a intervenção social que vincula projetos regionais e municipais e o resgate da cultura, conservando e recriando, baseando-se na educação para autonomia cultural e memória histórica.

Essa nova ótica na formação, visando conceber e implementar o processo de desenvolvimento sustentável, demanda a construção de novos cursos com nova postura teórico-metodológica, através da formação de profissionais para atuarem nas suas Unidades de Produção e Vida Familiar, nas comunidades, nas entidades e organizações, nos fóruns municipais e regionais, bem como em outros espaços e organizações, associando desenvolvimento e educação do campo, especificamente para a agricultura familiar. (PPP, 2009, p.08).

O trabalho a ser desenvolvido nas UPVFs, nas comunidades, entidades vai muito além do sentido individualista, estabelece relação com sua formação e a realidade social em que vive. Esse elo adquirido faz parte da Educação Popular, de caráter orgânico, onde os sujeitos do processo educativo ligam formação e inserção social.

Como nos diz Paiva (1987), a Educação Popular é uma prática política, na qual a realidade vai se transformando partindo de propostas populares em educação. É o campo das lutas sociais, em que envolve movimentos

permanentes, fazendo que busquemos a transformação histórica e a educação do povo.

O curso contribuirá para resignificar o campo como um 'espaço de vida' a partir das práticas populares de resistência e proposição de alternativas aos projetos do capital, tais como plantar, colher, transformar, guardar, festejar e trocar as sementes e as mudas, conservar e compartilhar o alimento, proteger as formas de vida, a biodiversidade, a água e os recursos da natureza (agroecologia), relacionar-se de forma solidária entre si e com o povo da cidade. (PPP, 2009, p. 08).

Paulo Freire, referência para a Educação Popular, destaca que o sujeito apropria-se de um “mundo de que ele mesmo é criador. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura” (FREIRE, 1983, p. 64). Dessa maneira a organização curricular do curso foi pensada partindo de temas geradores, desenvolvidos para a reflexão como acontece nos movimentos sociais, tendo a educação como projeto de desenvolvimento e o próprio movimento como sujeito que auxilia na proposta educativa.

Aprender a reconstruir e apropriar-se a partir da desconstrução que se faz do modelo rural, com capacidade crítica e permanente de leitura e releituras do mundo, tornando tema de debate as grandes questões interpessoais, sociais, mundiais, sendo capaz de processar o conhecimento para fortalecer e implementar ações de desenvolvimento. (PPP, 2009, p. 09).

A pedagogia freiriana, apresenta a educação como uma atividade para a sociedade e para a vida. Preza abandonar o pensamento simples para uma reflexão crítica, para uma vivencia ativa, participando de movimentos sociais e populares, sendo cada ator social, capaz de fazer política e lutar pela desigualdade social, nos afirma Graciani (2006).

Para o sistema escolar tradicional a organização curricular partindo de temas geradores não é tão aceita. É vista como uma forma dissociada, porém, para os trabalhadores do campo, é uma opção política de transformação social, o currículo é organizado conforme sua necessidade de desenvolvimento, partindo da realidade daqueles sujeitos que compõem a educação a ser desenvolvida. O Curso Técnico em Agroecologia apresenta a matriz curricular organizada em quatro áreas temáticas. Estas são desdobradas em unidades didáticas, articuladas de maneira que os conteúdos são organizados conforme o curso e na realidade dos educandos, visando sempre o trabalho em tempo presencial (período aula) e tempo semi-presencial, também “chamado tempo

comunidade. É um tempo em que a/o estudante fica em seu local de vida e trabalho e deve continuar seu aprendizado neste espaço e na sua inserção nas organizações locais.”(PPP, 2009, p.33).

Toda organização e reorganização curricular das escolas do campo, ou aqui como vemos do curso Técnico são realizadas com participação coletiva, não restrita, no qual educadores, comunidades, movimentos sociais, IFPR, são mobilizadoras de sua construção curricular. Saul (1998) nos afirma que isso se trata de um “processo em constante construção, que se faz e se refaz (...) como um caminho onde a participação dos actores que interagem no processo educativo é condição da sua construção” (p. 155).

A inserção dos sujeitos e de sua realidade na efetivação dos currículos é uma concepção pedagógica. As comunidades são autônomas e assim decidem sobre a organização e distribuição do conhecimento, envolvendo temas com discussões sobre a temática da concepção de homem, sociedade e educação. Esta é uma opção política, porém necessária para contribuir na transformação da realidade social de cada educando. O tempo aula presente no curso afirma essa concepção pedagógica quando nos diz que,

Os conteúdos trabalhados pelos educadores/as, devem considerar o mundo do trabalho e da vivência de cada estudante, problematizando este espaço na medida do possível; devem também considerar os conteúdos trabalhados, desenvolvidos nas etapas anteriores e os temas levantados pelo tempo seminário.(PPP, 2009, p.34).

Os sujeitos, ou melhor, os educandos aqui envolvidos, compreendem que a opção de trabalho adotada trata-se de uma construção coletiva por meio do diálogo com educadores. Estes que subsidiam teórica e metodologicamente, a construção do currículo e da formação, onde a dialogicidade é a ferramenta fundamental nessa construção.

A conexão entre o sujeito que educa-aprende e o sujeito que aprende-educa, faz parte do movimento social, onde numa prática compartilhada coletivamente por meio de processos e ações com interações culturais cada vez menos desiguais. Esta prática implica:

(...) que o acercamento às massas populares se faça, não para levar-lhes uma mensagem “salvadora”, em forma de conteúdo a ser depositado, mas, para, em diálogo com elas, conhecer



não só a objetividade em questão, mas a consciência que tenham desta objetividade; os vários níveis de percepção de si mesmos e do mundo em que e com que estão. (FREIRE,1987, p. 86)

Dessa forma o sujeito é capaz de criar seus próprios conceitos por meio do conhecimento empírico transformando todo esse conhecimento em teoria. A construção do conhecimento teórico,segundo Graciana, exige reflexões, pois “trata-se de compreender cada fenômeno particular dentro do movimento que o relaciona com a totalidade social em um movimento histórico concreto dado” (2006). O PPP traz a busca pelo senso crítico como uma das preocupações no desenvolver do curso, isso é destacado ao longo de todo plano:

Desenvolver o senso crítico em relação aos diferentes modelos de agricultura proporcionando as agricultoras e agricultores originários das famílias agricultoras novas referências de formação e projetos para o campo. [...] Desenvolver a autonomia na capacidade de pensar e construir relações consigo, com os outros, com a sociedade, refletindo as relações sociais vividas, construindo uma postura crítica frente as pessoas, as entidades, aos processos. [...] (PPP, 2009, p. 09).

Ao longo afirma também que,

Construir senso crítico e ter capacidade de compreender, interferir e transformara realidade na perspectiva de desenvolver sustentavelmente a região de atuação, intervindo e interagindo com as UPVFs e as comunidades. (PPP, 2009, p. 11).

Depois de compreender sua realidade, o sujeito retorna a prática com a intenção de transforma - lá. Uma das preocupações que ai se encontram e que não está presente no PPP diz respeito à sucessão familiar, e no conflito geracional, entre pais e filhos. Muitos pais, por virem de uma educação tradicional e pela visão machista e patriarcal que têm, não deixam que os filhos auxiliem nas discussões e decisões tomadas dentro da propriedade. Assim os filhos sentem-se obrigados, ou perdem o interesse, em continuar o trabalho na agricultura migrando, em alguns casos, para a cidade. O que mais tarde faz com que os pais tomem a decisão de vender a propriedade e irem também para a vida urbana, gerando um grande engavetamento de pessoas na cidade e o desligamento de muitas famílias do campo.

Esse movimento entre ação/reflexão/ação afirma o que chamamos de conhecimento teórico-prático ou também chamado de práxis. Primordial para a educação social e que faz com que o sujeito explore conhecimentos por meio de reflexões críticas, criando as mais diversas condições para o desenvolvimento de outras capacidades para as situações cotidianas.

A educação social altera a vida do sujeito, seus saberes, sua história, tornando este protagonista de uma prática libertadora. Faz do homem sujeito de sua história, transformador de si, dos que o cercam e do mundo, criador de projetos na sociedade em que vive, construtor de uma prática social e crítica. Presumi que o mundo é produtor e produto, e que podendo transformá-lo, transforma a si mesmo (GRACIANI, 2006).

Para Freire (1980) o ato de refletir a ação é intimamente humano, pois a pessoa pode se afastar da sua realidade para compreendê-la e assim agir sobre ela depois da tomada de consciência, transformando sua vida e o mundo em que vive.

Nesta mesma perspectiva, Oliveira (2012) defende que o currículo é uma criação cotidiana de educandos e educadores e aponta este como possibilidade de contribuição para a emancipação social. A autora ainda afirma que o currículo cotidiano trata-se:

(...) de diálogos e enredamentos entre conhecimentos formais – advindos das diferentes teorias com as quais entraram em contato em diversos momentos e circunstâncias de suas vidas – e outros conhecimentos aprendidos pelos praticantes pensantes por meio de outros processos. (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

Para a autora, o currículo é de caráter social, por relações sociais, por reconhecimentos de “saberes, tempos, espaços, cultura, recursos e produções” (2012, p. 12). Compreendendo o currículo nesse sentido, é pensá-lo como criação cotidiana, se estendendo aos mais variados espaços sociais, onde as práticas curriculares são “fruto dos diversos modos de inserção social [dos sujeitos] no mundo, inclusive no campo do embate político e ideológico que habita a sociedade” (OLIVEIRA, 2012, p. 12).

Na prática educativa, os educadores têm a responsabilidade de decidir, como corpo docente, sobre a organização de todo trabalho pedagógico. Sendo uma complexidade vivenciada, o curso tenta tirar essa tradição curricular, onde

o ensinar conteúdos selecionados, previstos não fazem parte do cotidiano ou da realidade vivenciada pelo educando. Assim os sujeitos envolvidos têm no curso o tempo presencial como um processo de “auto-organização” do estudante, sendo o objetivo deste:

[...] proporcionar espaços e tempos de organização e cooperação, tanto para o estudo como para o trabalho, desenvolvendo o espírito de iniciativa, o trabalho em grupos, a capacidade de lidar com os problemas de forma coletiva e solidária e de criar novas formas de organização. (PPP, 2009, p. 33).

O curso propõe a Pedagogia da Alternância atribuindo assim grande importância na articulação entre os momentos de atividades no meio socioprofissional do educando e momentos de atividades presenciais, nos quais se focaliza o conhecimento acumulado, levando em conta sempre as experiências dos educandos. Por isso, além das temáticas do curso em questão, são abordadas outras temáticas, que englobam questões relacionadas à vida nos movimentos sociais e comunitária, ao meio ambiente e à formação social, crítica e político.

A Pedagogia da Alternância tem, quando utilizada em processos de educação do campo, dois grandes méritos: estabelecer um vínculo entre a comunidade, a região e a entidade dos estudantes e o trabalho da escola, e não desligá-los do mundo do trabalho de onde vêm. (PPP, 2009, p. 32).

O espaço onde o educando está inserido é fundamental para a construção da sua identidade, está repleto de tradições, sentimentos, emoções, significados e culturas que associados à aprendizagem fazem com que o educando tenha maior aprendizagem e desenvolvimento de senso crítico, político e social.

Assim o educando desenvolve ao final do curso o Projeto de Vida, no qual cada educando articula “estudos, vivências e trabalhos, inclusive os trabalhos nas UPVF's percebidos também através do acompanhamento.” (PPP, 2009, p. 39). Construindo por meio da “apropriação de conhecimentos, articulados com a realidade e com seus sonhos.” (p.39), este que é o objetivo final do curso. Assim o

O Trabalho de Conclusão é desenvolvido com base nas reflexões sobre o “problema” discutido no Projeto de Vida de cada estudante e refletido a partir das ações já implementadas na sua UPVF, articulado à história da mesma e os fluxogramas de sustentabilidade; inclui também as suas conclusões e o memorial. (PPP, 2009, p. 42).

A ligação entre o educando e o meio em que está inserido faz parte de sua identidade, o curso proporciona ao jovem definir e compreender sua identidade de agricultor, podendo ele pensar e refletir sobre os problemas enfrentados na propriedade, desenvolvendo assim o trabalho de conclusão pensando as soluções destes problemas e fazendo com que ele tenha e veja mais possibilidades de permanência na agricultura. Educação e identidade, juntas para que o indivíduo consiga perceber o que é realmente significativo para que sua tomada de consciência seja voltada a sua realidade e os seus interesses como agricultor.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Popular, juntamente com os movimentos sociais, preocupam-se com a permanência do jovem no campo e assim propõem alternativas, como este curso analisado, para que o jovem permaneça desenvolvendo suas atividades na propriedade em que vive. Criando no educando um senso crítico capaz de refletir sobre tudo que cerca o meio e a sociedade em que vive.

Os movimentos sociais têm sido, nos últimos anos, fundamentais para a reivindicação de políticas públicas de educação e formação para os jovens e todos aqueles considerados excluídos em nossa sociedade, a agricultura, principalmente a familiar. Defendem a permanência e projetos para o jovem do campo, defendem as tradições populares, a cultura e todos os valores humanos. Por muitas vezes não conseguem desenvolver, ou aplicar, grande parte de suas demandas de projetos, por serem barrados pelo sistema político e educacional em que estamos inseridos, mas se levarmos em conta alguns anos anteriores avançamos muito nesta questão.

Assim a educação popular e do campo não são só defendidas pelos movimentos sociais, mas é também um engajamento que deve ser constante, um esforço de transformação que deve ser trabalhado com crianças, jovens e

adultos, famílias, homens e mulheres, para que o mundo seja construído de seres conscientes, pensantes, não seres patéticos e facilmente manipulados. Pessoas que reflitam sobre diversos temas, que auxiliem no crescimento de sua comunidade, município, região. Pessoas que trabalhem com o povo e para o povo, destacando a identidade dos mesmos e o quão importante são para o desenvolvimento local e regional, ser sujeito e não objeto.

Precisamos estar em constante inovação, desenvolvendo nossa capacidade de enxergar além da nossa condição de agricultores familiares, de seres excluídos e de “menor valor” perante a sociedade capitalista que vivemos. Somos sujeitos em luta constante pela valorização de direitos, de conquistas já adquiridas. Podemos ser sujeitos revolucionários que usando e ousando destes princípios podemos transformar o local, o meio, a sociedade a qual estamos inseridos.

Para finalizar a Educação Popular esta relacionada à mudança da realidade, garantindo reconhecimento, valorização e emancipação dos sujeitos que a desenvolvem. Reflexionando sobre a prática, auxilia na transformação.

Como nos diz Paulo Freire (1984) que toda a educação transforma a vida de cada sujeito como a sociedade a sua volta, o que faz dela uma educação política.

***EDUCACIÓN POPULAR: estrategia para mantener el joven del suroeste del Paraná en el campo***

***RESUMEN:*** El objetivo de este trabajo es presentar una breve reflexión sobre el PPP (Plan De Política Educativa) del Curso Técnico en Agroecología, desarrollado por Assesoar (Asociación de Estudios, Orientación e Asistencia Rural), IFPR (Instituto Federal del Paraná) y los movimientos sociales en el sudoeste de Paraná. Será presentada una breve reseña sobre el surgimiento de las pequeñas propiedades en la región de que se trate, pero se le dará más énfasis al curso técnico, cuyo objetivo es contribuir con la formación humano, crítica, política del público involucrado, que eran jóvenes agricultores. Describimos la importancia de la formación crítica social, así como el desarrollo de las actividades agrícolas en un sistema de economía familia para la permanencia de los jóvenes en el campo en nuestra región. La organización curricular aplicado durante el período de formación de los jóvenes fue dirigida a la educación popular y la pedagogía de alternancia, tales como elementos de formación de los movimientos sociales, hace que estas personas jóvenes desarrollan su sentido crítico, político, haciéndolos seres conscientes de sus derechos, interviniendo en su realidad social, vinculando la educación con el

*medio en el que viven, la agricultura. La metodología que se utilizó para analizar el documento fue el Análisis del Discurso, donde se toma en cuenta el análisis de contenido, lo que contribuyó a emerger de la realidad, por supuesto, que se aplicó. Al final vemos que la lucha por la permanencia de los jóvenes en el campo hace de la educación popular un fundamento que subyace a este movimiento constante, la creando sujetos críticos y capaces de transformar la realidad en que viven.*

**PALAVRAS CLAVE:** *Formación crítica. La pedagogía de la alternancia. La agricultura familiar. Sujeto transformador. Identidad.*

## **AGRADECIMENTO**

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por permitir que eu tenha trilhado esse caminho na universidade.

Ao meu orientador e professor Ronaldo, por toda paciência, perseverança, conselhos, orientações e principalmente apoio me dado no percorrer dessa jornada.

A meus pais José e Lurdes e meu irmão Mateus, por todo carinho, amor e compreensão.

Enfim, a todos, que perto ou longe, sempre me deram força, me apoiaram, incentivaram a conseguir realizar esse trabalho e seguir em todo o percurso do período da faculdade. Meu Muito Obrigado!

## **REFERÊNCIAS**

ARROYO, M. Escola Cidadania e Participação no Campo. **Em Aberto**. Brasília, nº 9, Set., 1982.

\_\_\_\_\_. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. MEC/CNE. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001.

\_\_\_\_\_. **Educação do Campo**: diferenças mudando paradigmas. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.326**, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a

formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudança**. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 54ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GERHARDT, T. E. e SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARTINS, P. L. O. **Didática**. Curitiba: Inter Saberes, 2012.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

Moraes, R.; Galiuzzi, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru v. 12, n. 1, pp. 117-128, 2006.

PAIVA, V.P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, pp. 68-80, 1988.

SAUL, A.M. A construção do currículo na teoria e prática de Paulo Freire. In: APPLE, M.W.; NÓVOA, A. (Org.). **Paulo Freire: política e pedagogia**. Porto, Porto, 1998. pp. 151-65.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 32ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1986.

VALE, A. M. **Educação popular na escola pública**. 3ª Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

WANDERLEY, L. E. **Educação popular**: metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez, 2010.